

22 de Abril de 2015

---

## **AOS GRUPOS PARLAMENTARES**

Exmos(as) Senhores(as) Deputados(as),

A **Comissão Nacional de Aposentados da Frente Comum**, considerando o agendamento do debate sobre o Programa de Estabilidade e Programa Nacional de Reformas, vem manifestar o seu repúdio pelas medidas aí constantes, designadamente no que diz respeito às questões da Segurança Social.

A opção de classe do Governo é clara, ao anunciar tectos contributivos e limitações ao valor das pensões a pagar, nomeadamente aos mais jovens. Está ainda a provocar uma divisão intergeracional e a tentar transfigurar a Segurança Social pública, universal e solidária, num sistema assistencialista e caritativo. Apesar de procurar camuflar o significado destas medidas, afirmando representarem um "alívio na austeridade", o Governo não consegue esconder que a política de futuro que tem para os trabalhadores e pensionistas é rigorosamente a mesma que até hoje lançou centenas de milhar de trabalhadores para o desemprego, a precariedade, a emigração forçada, a pobreza e condena Portugal à estagnação económica permanente.

A manutenção da Contribuição Extraordinária de Solidariedade continua a ser uma medida injustificável. Se até mesmo o pressuposto que a determinou – a vigência do programa de *assistência financeira* – já não existe, a insistência nesta medida é a insistência na sua ilegalidade e injustiça.

O congelamento inaceitável do Indexante dos Apoios Sociais, que desde 2010 não tem qualquer aumento, cifrando-se num valor inferior ao limiar de pobreza, a par do congelamento das pensões e do aumento da idade da reforma, é a prova de que o Governo continua a penalizar os pensionistas e reformados, enquanto prossegue numa política de benefício aos mais poderosos.

A Comissão Nacional de Aposentados da Frente Comum relembra as propostas apresentadas em Novembro de 2014 a todos os Grupos Parlamentares que, em nosso entender, são as únicas medidas capazes de garantir justiça social e o respeito pelos reformados e aposentados e uma Segurança Social pública, universal e solidária que tenha por base uma política de emprego com salários justos e a diversificação das fontes de financiamento.

**- O aumento das pensões de modo a atenuar a perda do poder de compra das pensões congeladas desde 2010;**

# COMISSÃO NACIONAL DE APOSENTADOS

22 de Abril de 2015

- 
- A devolução dos subsídios de férias e de natal confiscados em 2012;
  - A reposição do pagamento do subsídio de natal no mês de Novembro;
  - A revogação do aumento da contribuição para a ADSE, sistema já suportado em mais de 60% pelos trabalhadores;
  - A eliminação total da Contribuição Extraordinária de Solidariedade;
  - O fim da sobretaxa do IRS;
  - A reposição da percentagem de 30% das despesas com a saúde que pode ser deduzida no IRS, em substituição dos 10% atuais.

Esperamos que o vosso Grupo Parlamentar apresente propostas no sentido de dar cumprimento às reivindicações dos aposentados da Administração Pública.

*Lisboa, 21 de Abril de 2015*

*Comissão Nacional de Aposentados da Frente Comum de Sindicatos da Administração  
Pública*